

# PENÉLOPE

FAZER E DESFAZER A HISTÓRIA

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL — Nº 9/10 • 1993

DIRECTOR  
A. M. HESPANHA

REDACÇÃO

Álvaro Ferreira da Silva (FE-UNL); Amélia Aguiar Andrade (FCSH-UNL); António Costa Pinto (CEHCP-ISCITE); António M. Hespanha (ICS); Bernardo Vasconcelos e Sousa (FCSH-UNL); Carlos Fabião (FLL); Fernando Rosas (FCSH-UNL); Helder A. Fonseca (UE); José Manuel Sobral (ICS); Luís Krus (FCSH-UNL); Luís Ramalhosa Guerreiro; Mafalda Soares da Cunha (UE); Maria Alexandre Lousada (FLL); Nuno Gonçalo Monteiro (ICS); Nuno Severiano Teixeira (UE/UCP); Rui Ramos (ICS); Valentim Alexandre (ICS); Vítor Serrão (FLUC); Secretário da Redacção: João Carlos Cardoso

Propriedade do título: Cooperativa Penélope. Fazer e Desfazer a História  
Subsídios à Redacção da J.N.I.C.T. e S.E.C.

Os originais recebidos, mesmo quando solicitados, não serão devolvidos.

Na capa: «Monarchia de España», *Dialogo llamado Phelippino*, ms. da Biblioteca do Escorial.

© EDIÇÕES COSMOS  
e Cooperativa Penélope

Reservados todos os direitos  
de acordo com a legislação em vigor

Capa

Fotolitos: Joerma - Artes Gráficas, Ldª  
Impressão: Litografia Amorim

Impressão e acabamentos: EDIÇÕES COSMOS

1ª edição: Fevereiro de 1993

Depósito Legal: 49152/91

ISSN: 0871-7486

Difusão

LIVRARIA ARCO-ÍRIS

Av. Júlio Dinis, 6-A Lojas 23 e 30 — P 1000 Lisboa

Telefones: 795 51 40 (6 linhas)

Fax: (1) 796 97 13 • Telex 62393 VERSUS-P

Distribuição

EDIÇÕES COSMOS

Rua da Emenda, 111-1º — 1200 Lisboa

Telefones: 342 20 50 • 346 82 01

Fax: (1) 796 97 13

# Literatura Militar da Restauração

**Rui Bebiano**

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Se se encontram brechas no conhecimento do passado português, uma das mais evidentes situa-se na revisão dos 60 anos vividos na dependência da coroa de Espanha. O esforço que na historiografia das últimas décadas aproximou fenómenos menos conhecidos ou menos prezados passou, ainda em grande parte, ao largo desse longo período da vida nacional.

## Continuidades e Rupturas

A época dos Filipes passa no filme da nossa memória ainda mais rapidamente que os 16 anos que antecederam o passeio militar de Gomes da Costa. A experiência traumática vivida nos bancos da escola primária deixou as suas marcas, radicando um forte sentimento antiespanhol que faz esquecer aqueles idos tempos de uma vida a dois. O próprio estudo do movimento restaurador envolveu-se, por muito tempo, num conjunto de vícios que — para além dos múltiplos pressupostos de natureza ideológica — assentava numa certa repulsa pela investigação da época<sup>1</sup>. Tudo se ia passando como naquelas fotografias de álbum de família, nas quais se raspou a imagem de um antepassado de comportamento duvidoso.

Curiosamente, o apetite devorador da actual explosão dos estudos históricos parece ainda marcado por essa fuga envergonhada. Existem excepções, claro. Lembro-me do pioneirismo da história económica e social e dos trabalhos de Vitorino Magalhães Godinho e de António de Oliveira<sup>2</sup>, lembro os esforços de uns quantos historiadores da arte<sup>3</sup>, olho todo o volume quarto da História de Portugal de Veríssimo Serrão, recordo a obra de João Marques sobre a parenética e a dominação filipina<sup>4</sup>. E revejo o livro de Diogo Ramada Curto acerca da história do discurso político, que abre uma perspectiva de continuidade capaz de começar a reduzir o ênfase dado ao movimento restauracionista<sup>5</sup>. Mas tudo isso, todo esse trabalho, representa pontos cartografados naquilo que é ainda, principalmente, uma região não explorada.

Uma viagem de prospecção, quando organizada, decerto trará surpresas. Existirão situações necessariamente reavaliadas, objectos que se destacam da penumbra. Notar-se-á, com toda a certeza, como a avaliação do impacte do movimento restauracionista foi, em alguns domínios, francamente excessiva.

Explodirão então vivências, juízos, movimentos, que se podem arrumar numa evolução de sequência, capaz de dar à viragem de 1640 um sentido mais real. Notável, sem dúvida, mas menos dramático.

O fenómeno militar pode ser integrado nessa dimensão interpretativa. Há marcas nítidas de continuidade e de inovação, de lenta evolução e de ruptura. Há movimentações violentas, brutais, que interceptam outras bem mais lentas. A continuidade brota da própria projecção global da atitude e da prática guerreira, em tempo de acentuada evolução técnica, táctica e organizativa nos territórios europeu e colonial.

O processo de centralização política, acelerado a partir do século XVI, manifesta-se por meio de uma organização estável das instituições militares, crescentemente dependentes da iniciativa do poder monárquico. Para além do equilíbrio entre as três armas — infantaria, cavalaria, artilharia — agora consagrado, a característica maior dos novos exércitos situa-se no número ainda limitado de efectivos, apresentados sempre de forma maciça e pouco móvel. Somente a viragem para o século seguinte começará a impor as inovações de Maurício de Nassau e de Gustavo Adolfo da Suécia, aligeirando o armamento, ampliando o recrutamento, tornando crescentemente móveis as massas de soldados. Os êxitos destas reformas, demonstrados no combate contra o domínio espanhol dos Países Baixos e na liquidação dos conflitos suecos com a Dinamarca, a Rússia e a Polónia, fizeram a sua fortuna, repercutindo-se nas atitudes tomadas pelos intervenientes na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). Os exércitos dos Habsburgo, até há pouco pesados e de difícil locomoção, aprenderão de tal forma as novas maneiras de fazer a guerra que serão já capazes de bater com estrondo os suecos na Batalha de Nordlingen (1634) e de chegar quase à conquista de Paris.

A incorporação dos *tercios* espanhóis, assim envolvidos num processo de renovação táctica, reunia, entretanto, gente proveniente de zonas diversas do Império. Os portugueses, oficiais e soldados, não constituem, naturalmente, uma excepção. E durante os 60 anos de dependência nacional muitos foram os que correram mundo, verteram sangue e aprenderam a bater-se sob a bandeira filipina. Nos recontros e nas batalhas das guerras europeias e ultramarinas, forjaram um saber e uma ténpera que se revelariam com toda a grandeza nas campanhas da Restauração. Ao contrário daquilo que por vezes se tem feito crer — e ainda que seja verdadeiro o estado de desarmamento do interior do reino<sup>6</sup> — os exércitos que lutaram pela independência de Portugal não brotaram do nada, apenas do voluntarismo de alguns ou da prementíssima necessidade objectiva. Foi, aliás, a política de mobilização de soldados portugueses para a Flandres, causando problemas militares na Índia e no Brasil, aquilo que determinou o vivo protesto de João Pinto Ribeiro no *Discurso sobre os Fidalgos, e Soldados Portugezes não militarem nas conquistas alheas*, publicado em Lisboa no ano de 1632. Uma atitude contrária à de Francisco Manuel de Melo que no *Tácito Português* entende ter sido do maior interesse a participação de militares nacionais nesses combates, considerados também na *Epanáfora Trágica* como

«escola de capitães»<sup>7</sup>. Na recuperação da autonomia, portanto, e como sublinhou já Belisário Pimenta, «encontrámo-nos com chefes militares dotados de certas qualidades de ciência e experiência, e com alguma literatura militar de valor»<sup>8</sup>.

Vivia-se pois de maneira ampla, aqui como noutras paragens, a teoria e a prática da guerra.

O decreto de 11 de Dezembro de 1640, que constituiu o Conselho de Guerra, fá-lo integrar homens de reconhecida experiência militar. É o caso de, entre outros, o conde de Óbidos, D. Vasco de Mascarenhas, de Matias de Albuquerque e de D. Francisco de Faro e Noronha, todos com um passado de combate na Flandres e no Brasil. E se se quiser um outro exemplo veja-se o conde da Torre, D. Fernando de Mascarenhas, pai do primeiro marquês de Fronteira, membro do Conselho de Estado e presidente do senado de Lisboa depois de 1640: era também, como muitas outras figuras de destaque da época, um veterano combatente no Norte de África e no território brasileiro.

Esta continuidade em termos de vivência guerreira supõe, naturalmente, uma preparação técnica e moral que vinham de trás. É com essa vivência que se pode relacionar o aparecimento de um conjunto de textos de carácter teórico que visa a preparação militar. Se as edições publicadas em Espanha são múltiplas e importantes, circulando regularmente em território nacional, interessa olhar aquelas que, aqui elaboradas, precederam e acompanharam as campanhas da Aclamação.

### Organização de Um Saber

Existe um livrinho que pode significar o exemplo desta seqüência. Escrito no início da luta pela independência mas publicado apenas em 1707 — dotado, portanto, na altura, de limitada circulação — tem um título que o define como especialmente prático: *Maneio da cavallaria escrito pelo Conde Galeacogualdo Priorato*<sup>9</sup>. O seu divulgador, D. João de Mascarenhas, o 3º conde do Sabugal, general de cavalaria, governador do Alentejo no tempo de Afonso VI, teve um percurso significativo. Quando torna a Portugal, em 1645, é já um veterano de guerra: servira na Flandres como capitão de cavalos, distinguindo-se no cerco à cidade de Arras, na tomada de La Bassée, na vitória de Houcourt, na batalha de Rocroi e em outros cercos e recontros. Depois de lutar no Alentejo é envolvido na crise de comandos vivida em 1657-1658, opondo-se então à vinda de oficiais superiores estrangeiros. Vencido neste combate sem sangue, é afastado dos cargos que detinha<sup>10</sup>. Mas as dificuldades que sentira na reentrada em Portugal foram a motivação de que precisava para a tradução do *Maneio*: «a guerra nos colheo desuzados por não dizer esquecidos», escreve logo no início. Não se limitou, assim, a traduzir o livro do conde toscano, acompanhando antes cada capítulo de desenvolvidas anotações, que reflectem os 12 anos de tirocínio sob bandeira espanhola e conhecimentos que considera necessário transmitir. O texto situa-se, todavia, numa tradição nacional de escrita militar que vinha um pouco de trás.

Era esta, na verdade, uma tradição de alcance relativo. Conhecedor do meio, D. Francisco Manuel de Melo não hesitará em tecer considerações acintosas a respeito da condição do nosso saber nesse domínio:

«O modo da Milicia, que hoje se usa em Europa, não he antigo, suposto que não de todo diverso da constituição dos primeiros exercitos ... Forão os Portuguezes os ultimos, q. abraçarão as regras desta Milicia, q. ainda hoje, cõ gravissimo dano da guerra do Oriete, se não pòde introduzir. Era a razão, porque nas guerras particulares da nossa gente, que se reduzião a conquistas da India, & praças de Africa, não parecia de grande conveniencia, mudar a fôrma primeira, com a qual ellas se ganhãrão, & forão conservadas. O mesmo se pudèra entender na India, enquanto não foy invadida das nasçoens Setentrionaes, que com sua entrada, praticarão logo todas as ordens, & riguroza disciplina de Europa; a cuja defesa, quasi inutilmente, se opoem nosso valor, regulado pellos antigos preceitos, & elles mal observados; os quaes com facilidade contrasta a Milicia moderna, desprezando a vaidade, com que naquella parte presiste na desordem da guerra antiga, nossa nação»<sup>11</sup>.

«Portugal nunca foi lesto» — escreverá também Latino Coelho — «em madrugár para as proveitosas invenções e descobrimentos da ciência militar»<sup>12</sup>. Ainda que marcada por pressupostos hoje discutíveis, é esta uma afirmação que sublinha uma verdade de longa duração. Depois de séculos de um saber militar vivendo da tradição vegeciana, do conhecimento empírico, da habilidade natural e da valentia, as recomendações meio queixosas de Diogo de Couto, de Francisco da Silveira ou do autor do *Primor e honra da vida soldadesca no Estado da India* não fazem senão sublinhar insuficiências e incapacidades. É que, note-se bem, o primeiro texto nacional conhecido que visa ligar a actividade militar a um saber actualizado data apenas de 1573.

Esta obra, o *Quarto livro de Isidoro de Almeida das Instruções Militares*, segue o *Regimento das Companhias de Ordenanças* — promulgado por D. Sebastião em Dezembro de 1570 e parcialmente alterado por provisão de 1574 — com o objectivo preciso de reorganizar a força armada com vista à futura aventura africana. O propósito de Isidoro de Almeida, formado em Coimbra e engenheiro de fogos e minas com experiência nas campanhas da Itália e Alemanha, é o de traçar um manual capaz de aconselhar em situações que leis muito gerais omitiam<sup>13</sup>. Não se ocupando de grandes e complicadas movimentações de tropas, que lhe escapam e além disso se encontravam então em pleno processo de reconversão táctica, trata das capacidades e dos deveres de diversos cargos, sublinhando o problema disciplinar, um aspecto que a crescente necessidade de coesão e maleabilidade impunha. «A quem esta vida verdadeiramente professar», diz, «cõvem tâta obediencia a seus superiores, tanta observãcia em seus mandados, & nos preceitos militares, como ha tem os religiosos a seus prelados & inda com mais rigor». Apesar do seu interesse, o carácter vago e rapidamente desactualizado da obra torna-se claro no aferir do seu conteúdo com o de um outro breve texto, destinado expressamente a corrigi-la e a completá-la — as

*Anotações ao 4º livro*, manuscrito em 1597 pelo capitão de arcabuzeiros Luís Álvaro Seco — e com uma *Doctrina Militar* (1598), redigida em castelhano por Bartolomeu de Paiva<sup>14</sup>.

Em 1612 será publicado um livro mais ambicioso, extenso e muito completo: a *Arte Militar*, de Luís Mendes de Vasconcelos. Militar, escritor e político, o autor dos dois diálogos *Do Sítio de Lisboa* — onde inscreve a famosa sugestão, feita a Filipe II, da transferência da capital do império espanhol para Portugal — tece neste texto, significativamente dedicado a Cristóvão de Moura, marquês de Castelo Rodrigo, vice-rei de Portugal por nomeação de Filipe III e capitão-general do Reino, um conjunto de reflexões de grande interesse. Aí combina uma erudição de raiz neo-escolástica e ideias claras a propósito da elaboração de uma «política católica» (são constantes as citações de Aristóteles, de Platão e de Giovanni Botero) com um entendimento profundo dos temas militares. Dividida em três «discursos», trata a obra da «origem e principio da Guerra, e Arte Militar», assim como da «necessidade que todo o Estado tem da Arte Militar». Distinguem-se porém as cinco partes do último e mais longo destes discursos: «a primeira das Leys, & preceitos Militares: a segunda da observancia delles: a terceira da fortaleza Militar: a quarta do premio, & castigo: & a quinta que a milicia tenha hua só cabeça». O carácter desusado e inovador da obra é, para que se não estranhe, proposto desde o início:

«Nos preceitos desta Arte mudey algumas cousas que se verão diferentes do que comumente se usa, nas quais se não duvide; porque nas partes aonde me aচেy entre Hespanhoes, Italianos, & Francezes sempre procurey alcançar a maior perfeição della, que fosse possível, & disto trattey nesta Arte, escrevendo, não como agora se prattica, senão como será mais perfeita».<sup>15</sup>

Pensa-se assim — o que é original na nossa literatura do género — a própria ideia de guerra e a legitimidade da condição militar. Definindo a primeira como resultado inevitável «da execução de vontades contrárias», inerentes à própria essência da condição humana, sugere a função das armas como imprescindível na conservação dos Estados, dado pacificar esse conflito. A originalidade maior encontra-se, contudo, na última e mais desenvolvida parte da obra. Aqui a preocupação primeira fixa-se na preparação justa e eficaz do militar. Esta obtém-se por meio da *educação militar*, no sentido da preparação, e pelo *reforço disciplinar*, no que respeita à ordenação das funções.

«A ordem dos que andão na guerra tem necessidade das leys que prohibem os males, & tambem das que incitão à virtude, para que as penas, que hua constituir, reprimão os alterados animos dos soldados que seguem a guerra; porque as suas desordês são de muito mayor dño, & as outras os façam peleijar valerosamete; mas as primeiras convẽ q. sejam muito rigurosas, & cõ grande severidade guardadas.»<sup>16</sup>

Se desta forma se reconhece, uma vez mais, a indispensabilidade do rigor das disciplinas, vai-se mais longe insistindo em fazer depender dele a eficácia combati-

va, pois «não he fortaleza a que não for adornada de disciplina, & arte», de uma ordem e de um saber. Estes são determinados pela prática do exercício, particularmente destinado aos soldados para pôr «corpo robusto» e «animo obediente», mas também pela introdução, junto dos comandos, de conhecimentos de natureza especializada: aritmética, geometria, astronomia, geografia, arquitectura e, enfim, arte militar «que he a que ensina, como todas estas cousas se haõ de usar, para receber dellas beneficio, que fazê a quê na guerra dellas se sabe servir». Reconhece-se ainda a importância dos estímulos artificiais, capazes de influir sobre o psiquismo do combatente e de o tornar mais valoroso:

«E por isso Platão quer que os soldados aprendão, & executê a musica, mas não aprenderão a Lydia, que se isava nas cousas tristes, nem a Ionica, que servia nas brãduras, & delicias, senão a Dorica, que diz, que imitava a ferocidade dos soldados.»<sup>17</sup>

### O Desenho da Instituição

Uma preocupação fundamental com a temática militar é a mostrada pelo bacharel em direito canónico Pedro Barbosa Homem, nos *Discursos de la Iuridica y Verdadera Razon de Estado*, saídos em Coimbra no ano de 1626. Lançando, na senda de Botero, a raiz do poder político no exercício da força, parte em duas a essência da razão de estado: «la una se llama conservativa, y respeta los traços con que se defiende lo ya ganado: la otra se llama aquisitiva, y se emplea en los medios con que se procura adquirir lo que aun no es poseido»<sup>18</sup>. A guerra figura, pois, a espinha dorsal do Estado, por materializar estes atributos. É assim que dedica todo o volume à justificação do seu exercício, a promover a disciplina militar, a regulamentar a escolha dos combatentes, a organizá-los na paz e para o combate, demonstrando conhecimentos que seriam algo estranhos para quem não tem experiência militar conhecida se se não tomassem em conta as já aludidas influências boterianas. A importância atribuída a esta dimensão da realidade política preludia entre nós, entretanto, uma forma nova e cuidada de entender a organização da instituição militar.

Ilustrativo deste novo interesse é também o já citado *Primor e Honra da Vida Soldadesca*, de autor incerto mas publicado em 1630 por Frei António Freire. Comentando, numa entoação algo crítica, o estado de lassidão e licenciosidade a que tinha chegado parte significativa da tropa ultramarina, determina um conjunto alargado de princípios de natureza ético-militar destinados a pôr a tropa ao serviço «del Rey, & bem comum». Combate-se numa vivência nada marcial, sem canseiras nem cuidados, plena de «vinho sobejo, amor desordenado, mimos & delicias», idealizando um comportamento individual e colectivo que permita definir o serviço militar como escola de virtudes. Ensina-se ao soldado como pegar na arma e investir o inimigo, mas sempre, ainda uma vez, dentro da maior reverência diante do superior, pois «a calidade do cargo pede obediencia, honra, acatamento».

O *Abecedario Militar* (1631), de João Brito de Lemos, mostra-se um texto com um sentido mais prático, menos geral. Parece até premonitório do movimento

restaurador. Dedicado ao duque de Bragança, D. João, tem como propósito inicial o fazer prova o autor «que na paz se ha de aprender o que na guerra se hà de fazer». Sem preocupações de uma natureza mais especificamente política, é um estrito manual de arte militar — o primeiro desde as obras do tempo de D. Sebastião — destinado principalmente a tornar evidentes os deveres que a cada grau são cometidos, além de princípios tácticos e de regras de comando muito gerais. Quase o mesmo se pode, aliás, dizer da *Política Militar*, de Francisco Manuel de Melo, um manuscrito de 1637 publicado no ano seguinte, no qual este enuncia claramente que a sua intenção «no es escribir preceitos civiles de la guerra, mirando solo a la parte de ciencia militar», ou seja, que o seu propósito é o de preparar quadros aptos e competentes.

### Mudança de Vontades

Começa esta obra a circular enquanto se organiza o movimento restaurador. A produção de uma escrita empenhada na abordagem da arte e da teoria da guerra ganha então, necessariamente, um claro impulso. Mas, erguendo-se a partir de uma base de conhecimentos já antes lançada, visa agora principalmente responder a necessidades objectivas, impostas por uma guerra inevitável. O *Maneio* do conde do Sabugal pertence ao número das obras desta espécie. Mas encontram-se outros textos formativos, especialmente publicados na primeira década de campanhas. É o caso das *Ordenanças militares para disciplina da milicia Portuguesa*, publicadas logo em 1641 por Luís Marinho de Azevedo, capitão e secretário do conde de São Lourenço quando este parte para a província do Alentejo como seu governador das armas. Aí se lembra logo «a grande falta, que ha neste reino de ordenanças militares para bom governo dos exercitos que nelle se vão introduzindo», justificando assim a rápida apresentação daquelas, «recopiladas das que instituiu em Flandres o Principe de Parma». A ausência de um código militar actualizado conduzirá até à elaboração de um projecto de novas ordenanças, as quais, estranhamente, não chegaram a ser publicadas. Este projecto é principalmente conhecido devido ao seu comentário manuscrito feito pelo general Joane Mendes de Vasconcelos, filho do autor da *Arte Militar* e futuro membro do Conselho de Guerra<sup>19</sup>. Tratam-se de anotações de traço vincadamente técnico, pormenorizadas, que denunciam os profundos conhecimentos militares e a experiência do seu autor. A preocupação principal situa-se aqui, ainda e uma vez mais, na obediência da complexa massa dos exércitos em formação. Interessantes ainda — por se encontrarem no centro desta evolução técnica e operativa — serão as obras dos sargentos-mores Antonio Gallo, um castelhano ao serviço de Portugal, e Gregório Soares de Brito, ambos visando idênticos propósitos<sup>20</sup>.

Um livro igualmente importante é a *Doctrina Politica, Civil, e Militar* (1644), de Luís Marinho de Azevedo. Dedicado ao general Matias de Albuquerque, o herói da batalha do Montijo, então ainda não caído em desgraça, desenvolve-se a partir de um quadro que é o pressuposto pelo quinto volume, referente a temas militares, dos *Politicorum sive civilis doctrinae libri sex* (1589), de Justo Lipsio. Considerando este

texto como «útil e necessário para Conselheiros de Guerra», a versão de Azevedo desenvolve, entretanto, considerações que são da sua responsabilidade. Preocupado com a justificação do acto de guerra — e implicitamente daqueles que se encontravam em curso — procura sobretudo orientar um procedimento organizado da instituição militar. Legítima e regula a hierarquia de cargos e funções, desenvolve considerações acerca do rigor disciplinar, promovendo ainda o elogio de uma marcialidade que ultrapassa a transitoriedade da guerra, pois que, como é sublinhado, «o negócio da paz sucede melhor debaixo do escudo». Curiosa seria aliás, neste contexto, a comparação de opiniões como esta com textos que, num sentido inteiramente inverso, reflectem sobre a condição militar, como a *Preferencia das Letras as Armas*, publicada logo no ano seguinte por João Pinto Ribeiro.

O conjunto de obras referido parece, entretanto, ter preenchido os apetites elementares de uma fundamentação técnica e teórica da organização armada da defesa nacional, uma vez que, se for separada a obra muito especializada de Luís Serrão Pimentel<sup>21</sup>, somente no ano de 1659 se torna a publicar um texto original do tipo. Será o *Perfeito Soldado, e Política Militar*, de João de Medeiros Correia, bacharel tornado auditor-geral do exército na província do Alentejo. Denunciando a especificidade da formação e da função do seu autor, encara com particular atenção os problemas de foro disciplinar e criminal. Se se fala «da guerra e seus princípios», trata-se bastante mais «do direito, & justiça com que se deve aceitar, & empreender» a mesma. Denunciando um estágio mais adiantado de desenvolvimento do aparelho, enuncia as características e qualidades de temperamento que deve ter o chefe militar: experiência, engenho, vigor, presteza, magnanimidade, temperança, afabilidade, prudência. Mas preocupa-se mais com a definição das competências jurisdicionais do auditor-geral e com a determinação dos castigos e dos privilégios de oficiais e soldados. A definição minuciosa das situações que justificam a pena capital ou apenas uma pena arbitrária mostra um sentido de preocupação com a eficácia do corpo, com o seu isolamento em relação à sociedade envolvente, com a idealização de um modelo social autónomo. No vórtice deste turbilhão de relações, o endémico fenómeno da deserção, uma chaga perturbante que é examinada e combatida no plano da prescrição.

### **Um Discurso sobre a Guerra**

Os livros examinados unem-se à organização de um saber especificamente militar, à definição do espaço político e jurídico no qual se movimenta a força armada e, em alguns casos, à validação do próprio exercício da guerra. Não se trata de justificar o carácter legítimo da insurreição em curso — o que farão múltiplos textos de depois de 40 — mas, no domínio das preocupações comuns ao tempo, de dar um sentido à violência guerreira, domando-a e colocando-a ao dócil dispor do poder de Estado. São, por tal motivo, obras de um carácter que as supõe «universais»: ligam-se tenuemente ao momento que passa, sentem-lhe o pulsar, mas abstraem a força que por detrás deles se perfila. Isto é, procuram impor o reco-

nhecimento de uma ordem que configura a instituição militar. Articulam o funcionamento desta com o prosseguimento dos interesses do Estado, excluindo porém a definição pessoal dos seus mandatários.

Mas é esta a porção menor num vastíssimo volume de escritos, normalmente dotados de uma média ou curta duração, que, destinados a uma circulação alargada, se unem ao movimento autonomista, lhe dão corpo e substância. Actuam como instrumento de formação e de informação pública, veiculando formas definidas de um entendimento da realidade, produzindo opinião. Descrevem e deformam, exacerbam os ânimos e hiperbolizam os gestos, suavizam o horrível, atenuam o sofrimento, enquanto, em nome dos valores que pretendem impor, ignoram os pequenos dramas e as lancinantes contrariedades da guerra. É neles, através do seu corpo, que se constitui aquilo que já foi designado como um *discurso monárquico acerca da guerra*<sup>22</sup>. Este visa a celebração regular e sistemática da própria guerra, tomada como manifestação essencial da função monárquica. Ao mesmo tempo assegura, por intermédio de uma informação «filtrada» e do exemplo emulativo, o consenso político e o empenhamento da comunidade, indispensáveis na imposição do novo poder e na condução e encaminhamento do esforço de guerra.

Entende-se com clareza a forma e o sentido deste género de discurso observando primeiro um texto despojado, directo, e que parece não transmitir senão a impressão do seu modesto autor. Trata-se do belo manuscrito de Matheus Roiz, há já bastantes anos estudado e depois quase esquecido<sup>23</sup>. Aí uma linguagem nua de artifícios, clara aqui, difusa adiante, passional, obscena até por vezes, faz-nos aproximar do pulsar da consciência e dos sentidos de um soldado do tempo da Restauração: «as povoações com os seus castelos e lanços de muralha, os seus habitantes, os chefes, as autoridades locais, os caminhos, os campos, as fazendas, as hortas, as chuvas que desabam em bategas, o sol que brilha a prumo sobre a campina imensa ... Roiz tem o condão de tudo conservar nas suas páginas, com impressionável verdade e flagrante nitidez»<sup>24</sup>. Mas é sobretudo a descrição do combate — escaramuças, razias, cercos, tomadas de praças, batalhas — que mede a diferença em relação às descrições officiosas, mais frias e claras, mais «objectivas» mas nem sempre tão «verdadeiras». Aí, como exemplo, o comandante, apodado de herói nas referidas descrições ou na correspondência oficial, surge talvez mais humano, menos infalível, menos belo. «Depois da bulha passada» — conta Roiz do combate de Arronches, em Novembro de 1653, e acerca de André de Albuquerque, a quem, aliás, dedica a sua obra — «acharam-no como morto, todo emlambuzado em sangue, com os cabelos feitos em torcidas de sangue, e quase sem fala»<sup>25</sup>.

Perde-se essa dimensão — que é a da guerra feita de horror e de sofrimento, de cobardias e de injustiças, de certos gestos heróicos que não mais serão lembrados — quando se inicia a leitura da produção, quase sempre impressa, que é a que a monarquia inspira e controla.

Ainda que de publicação irregular, sente-se já nos dois periódicos saídos a construção dessa tendência. A *Gazeta*, lançada em Lisboa entre 1641 e 1647, teste-

munha, na curta duração que teve, o movimento de controlo que se esboça. É tradição não provada que fora o próprio rei quem fazia escrever, a ditado seu, o texto destas folhas, correndo também ter sido o cronista-mor Frei António Brandão quem as redigira. Seja como for, transmitem, num discurso inicialmente colorido mas que vai sendo progressivamente formalizado, acontecimentos da corte, do país e do estrangeiro — alguns de natureza fantástica — e muito especialmente sucessos de guerra. Insiste-se no estatuto providente e infalível das acções de comando, em última instância centradas na figura do rei. Mas procura-se igualmente o lançamento de uma dinâmica vitoriosa em termos de opinião. Recorre-se, para tal, ao cuidado relativo à informação do número de baixas, sempre estranhamente limitado, enquanto se não perde a oportunidade para, mesmo em relação a situações aparentemente comezinhas, transmitir a capacidade de retaliação da tropa portuguesa:

«Vierão algúas tropas da cavalleria Castelhana às nossas terras de Alem Tejo, & levarão grande quantidade de porcos, e muito outro gado, que andava no campo pacendo; mas os nossos sahiram, & correram os campos de Guadiana, de dõde trouxeram tanta copia de ovelhas, q. se affirma que erão mais de sette mil cabeças.»<sup>26</sup>

Mais elaborado e muito claro a propósito da sua missão formativa-informativa será o *Mercurio Portuguez, com as novas da guerra entre Portugal e Castella*, que, dirigido por António de Sousa Macedo, secretário de estado do rei Afonso VI, se publicará em 1663 e 1664, seguindo-se ainda dois anos mais sem identificação de autor. Logo no primeiro número se explica a necessidade do boletim, pela forma como acerca da guerra escreviam os castelhanos, contando «patranhas nunca imaginadas, & sem algum fundamento»:

«Ou pouco informados, ou muito ligeiros, ou com demasiada paixão, referem as cousas taõ erradamente, que fica a relação sem alma, que he a verdade, & sua lição muito prejudicial a quem lhê dá credito; & o peor he, que não sei por que fatalidade, o tem com os estrangeiros taõ grande, que na opinião mais que nas forças os atemoriza Castella».<sup>27</sup>

Exagera-se, naturalmente, o número de mortos no campo inimigo, enquanto se minimizam as perdas nacionais. Contam-se as atrocidades castelhanas cometidas sobre as populações — um expediente de inevitáveis reflexos psicológicos — ao mesmo tempo que se corrigem notícias atemorizantes postas a circular a propósito do enorme volume dos ajustamentos inimigos.

O instrumento ideal, o mais usado e o mais rigorosamente cuidado na transmissão controlada do evoluir dos combates e da ligação destes com a imposição da vontade régia é, porém, a *relação*. No seu reduzido corpo, de fácil circulação e rápida leitura, repousa toda uma visão parcial e optimista da guerra, que sublinha a maldade do inimigo, a sua ineficácia, a desrazão do seu comportamento, que exagera o valor dos movimentos do exército português, que mostra a heroicidade dos seus chefes e a grandeza do seu soberano.

Somente o *Diccionario Bibliographico Militar Portuguez*, de Martins de Carvalho, publicado em 1891, recenseia 175 desses opúsculos (de entre 65 relações anónimas, 80 impressas no estrangeiro e 30 nacionais de autor conhecido), enquanto os *Elementos Bibliográficos* (1927), de Martinho da Fonseca levantam 136 textos de autor definido. Conhecem-se ainda exemplos vários de documentos manuscritos do tipo, que puderam decerto ter alguma circulação. Os autores são quase sempre figuras de destaque, algumas já notadas pela sua preocupação ou envolvimento com matérias de natureza militar: Rui de Figueiredo de Alarcão, João Salgado de Araújo, Luís Marinho de Azevedo, António Barbosa Bacelar, João de Medeiros Correia, Manuel Marques, D. Luís de Menezes, Garcia Soares Souto Maior, Aires Varela, António Pais Viegas, entre outros. O mote notado é sempre idêntico, sublinhando a valentia (real ou imaginada) dos nossos soldados e do seu movimento avassalador.

«No meyo do caminho nos sahiram alguns quinhentos homens de cavallo bem concertados, aos quaes cometeram os nossos soldados com tanto valor, & denodado brio, que os obrigaram a fugir à rédia solta, & desembaraçados delles, lhe fomos queimando tudo o que se encontrava de lugares, quintas, gados, & medas de pam, com tam extraordinario estrago quanto o furor militar costuma, & o inimigo se acolheo com tanto medo, que por nam poderem com a pressa levar a polvora, lhe pozeram fogo.»<sup>28</sup>

A fiabilidade dos relatos é, todavia, justificativa de cuidados de leitura. A utilização de testemunhos nem sempre directos, um objectivo menos claro na produção do documento, a situação empenhada dos observadores, são elementos que podem transfigurar a realidade das coisas. As variantes detectáveis, por exemplo, nas diversas descrições da batalha do Montijo, são disso exemplo<sup>29</sup>.

Obras como a *Campanha de Portugal* (1663), de D. António Álvares da Cunha, coronel de ordenanças da corte e guarda-mor da Torre do Tombo, a *Historia Delle Guerre di Portogallo*, saída em 1689 e dedicada pelo italiano Alessandro Brandano «alla Sacra Maestá di Pietro II. Re di Portogallo», e sobretudo como a *História de Portugal Restaurado*, do general de artilharia e 3º conde da Ericeira, D. Luís de Menezes, publicada após o termo dos combates, funcionarão de outro modo, como cuidado repositório de informações, traçados com recursos a um discurso heróico e politicamente afeito à estabilização evidente do poder político. Esta segunda obra, publicada a partir de 1679, é, não se esqueça, escrita por um homem que combateu 17 anos nas campanhas da Restauração, que esteve nas batalhas das Linhas de Elvas (1659), do Ameixial (1663) e dos Montes Claros (1665), na tomada de Évora (1663) e na de Valença de Alcântara (1664). É, portanto, o testemunho de quem se envolveu no fumo e no sangue dos combates. É, por isso mesmo, de todo o interesse a comparação do seu discurso e dos seus relatos — naturalmente temperados pela sua condição — com retratos como aquele que traçou o soldado Roiz. A atitude do conde é, claro, a do súbdito fiel e cumpridor: «he Deos verdadeira testemunha de que o meu principal intento, he atalhar todos os defeitos que pódem offender o sua Divina

Magestade, e ser prejudiciaes á gloria desta Monarchia», afirma ele logo no prólogo da sua obra. A descrição do comportamento do duque de Bragança é aliás sobrevalorizada — tal como acontece, por exemplo, no já citado *Tacito Portuguez*, de D. Francisco Manuel de Melo —, o que se conforma à indispensável edificação da perfectibilidade do comportamento e do lugar monárquico.

### O Herói e o Santo

O esforço bélico nacional é também legitimado, sublinhado, estimulado por intermédio do recurso a outros tipos de literatura militar. Trata-se de um conjunto de escritos que funcionam como instrumento justificativo do exercício da violência armada, como meio de mobilização de vontades e de opiniões, como estímulo do respeito por quem no campo de batalha se comportou como herói e por aquele que tal sorte de gente conta entre os seus súbditos.

Um primeiro tipo é representado por textos como o *Marte Portuguez* (1642), de João Salgado de Araújo, a *Exhortação Militar* (1630), do padre Timóteo Seabra Pimentel, e, mais tardio, de 1670, o *Discurso politico, e militar emblema*, de Luís Lourenço de Sampaio. Sendo este último um breve opúsculo, redigido talvez antes ainda de chegada a paz, as duas primeiras obras são produções volumosas, que aparecem com o claro objectivo de justificar a atitude insurreccional dos portugueses, a aclamação do seu rei e o recurso à violência para a conservação de uma situação de facto entendida também como de direito. Distinguem-se, porém, de uma forma especial. O *Marte Portuguez* constitui-se como texto laico, onde principalmente se recorre a fontes do direito para um entendimento da situação e até para a tomada de medidas contra os trãnsfugas do reino. Mas a obra do padre Pimentel coloca-se numa outra atitude, que é a da legitimidade diante da sapiência divina da atitude nacional e da posição do rei, pois, como titula o discurso quinto do volume, «a quem toma as armas por força, & faz a guerra com justa causa não se lhe pode temer máo successo, pois que Deos he Luis recto, & Senhor dos Exercitos, que não attende mais que á justiça, & mercimētos da causa».

Esta concepção articula-se com a construção de um segundo tipo de textos, aqueles propostos pela parenética nacional da época da Restauração. Já sob domínio filipino se encontram apelos nesse sentido, orientados para o desenvolvimento de uma postura guerreira emancipadora. É o que se nota em afirmações como as proferidas num sermão pregado em Guimarães no mês de Agosto de 1638: «Somos os Portuguēzes naturalmente fogosos, ardentes, colericos, & pouco fleymaticos, por tão mais aptos para a guerra»<sup>30</sup>. Ora, será a partir do púlpito que, durante todo o período das campanhas da Restauração, se lançará toda uma campanha no sentido de alargar o desenvolvimento da guerra, o empenhamento armado sob o estandarte do rei de Portugal, como atitudes não somente conformáveis com a salvação individual como ainda capazes de a assegurar de forma mais perfeita.

O sentido desse empenho é-nos revelado na palavra lúcida e clara do padre António Vieira. É ele quem, no *Sermão pelo Bom Sucesso das nossas Armas*, pregado em 1645 na Capela Real, afirma que «a mais perigosa consequência da guerra e a que

mais se deve reear nas batalhas, é a opinião», pois que «na perda de uma batalha arrisca-se um exército; na perda da opinião arrisca-se o reino»<sup>31</sup>. O que é dito no officio divino pode, e deve, orientar essa opinião:

«O leais, & valerosos Portuguezes, chegounos Deos a estado em que nos vemos livres do cativoiro de Principes estrangeiros, & de seus incomportaveis tributos; todos sem exceção de pessoas, ponhamos as vidas pella liberdade da patria, & defensão do Reyno; seculares, & Ecclesiasticos a todos cõpete nesta occasião acodir pello bem commum.»<sup>32</sup>

Para mais facilmente comover vontades, mistura-se, na emoção do púlpito, a fé e a guerra, chegando-se até à evocação do milagre:

«Defendão os soldados seus muros, subão as fortalezas.... Chegavios à mesa do divino Sacramento, comei o corpo de Christo, bebei seu sangue, levantaivos...., abraçai escudos, que Deos pelejerá por vòs.»<sup>33</sup>

«E hẽ mostra Deos este cuidado, esta obrigação de embarçar o escudo, & de se armar para defêder, & pelejar pelo N. Rey, & Senhor D. João, pela confissão que fez hum soldado Castelhana.... que estando para morrer das feridas que recebera em hum encontro que elle, & seus companheiros tiverão com os Portuguezes, disse que via que Christo Crucificado pelejava pelo Rey de Portugal, & seus vassalos: pois a elle, & alguns seus companheiros, parecera nos encontros que com os Portuguezes tiverão, que viaõ a Christo Crucificado, ajudar defender, & pelejar pelos Portuguezes.»<sup>34</sup>

Encontra-se pois elevada quantidade de sermões nos quais, para além da legitimação do movimento, se proclama o seu carácter necessariamente violento, justamente violento. Notável é, também, a forma como neles a figura do monarca ocupa lugar central, impondo uma ordem que, como preceitua a velha teoria tomista da insurreição, não pode «cair na rua», antes se apoiando na legítima iniciativa de uma autoridade temporal.

Finalmente, um último tipo de textos acompanha o movimento. É composto de formas diversas, em verso e em prosa, de uma literatura apologética capaz, ela também, de emular vontades e de despertar o reconhecimento diante do gesto vitorioso. Na sua forma redundante, de um barroquismo exaltado, de qualidade variável mas nunca muito elevada, circulando bastante sob forma manuscrita, acompanham muitas das vezes algumas das já referidas espécies literárias. E para acentuar a sua pretensa dimensão heróica misturam quase sempre o mais explícito panegírico com constantes referências de natureza erudita.

O autor de uma *Vida e acções do marquês de Marialva*, considera-o «aquelle Heróy, que no zelo, e no amor da Patria unico, foy maxima que inculcada sucessivamente na tradição dos vindouros cada vez se fará mayor em sua veneração»<sup>35</sup>. Esta concepção grandiloquente e heroicizante do acto bélico é até alargada a figuras de um plano secundário, sem rasto na memória dos acontecimentos:

«Diogo Gomes Figueiredo era  
Sargento mòr, que as ordens repartia,

E nas batalhas em propria esfera,  
Esta gente ordenava, & conduzia:  
Alexandre em seu tempo não pudèra  
Assinalarse mais na valentia,  
Nem Caesar tão prezado de eloquente,  
Vir, & ver, & vencer tão forte gente.»<sup>36</sup>

Mas uma vez mais, no topo, a figura do rei resta infalível e invicta, inquestionável no seu lugar de supremo general, poderoso comandante dos exércitos, dos seus súbditos, do reino:

«A quartãa do Leão sanhudo, & forte,  
He vossa espada, & he de vossa Fama  
O nome só dos inimigos morte,  
Quando em vossos exercito se aclama:

E a vossa gente àrbitra da sorte,  
Tanto mais vence, quanto mais vos ama,  
No que se vê qual he mais excellente,  
Se ser do Mundo Rey, se de tal gente.»<sup>37</sup>

### Conclusão

A viagem assim desenhada referenciou de passagem tipos diversos da expressão escrita de uma materialidade de há quase 350 anos. Ignorou conscientemente algumas margens, como aquela por onde passa a dimensão teórica da epopeia da arquitectura militar portuguesa do século XVII. Empenhada numa realidade política em construção, detém conteúdos que a podem relacionar com o tempo da presença espanhola. No conjunto um traço quase comum: o relacionarem-se com a vontade unanímista de empenho bélico e de dependência política de que o poder central carece. Pela posterior evolução dos acontecimentos parecerem ter cumprido os seus objectivos.

<sup>1</sup> Sobre a historiografia da Restauração veja-se um texto de Luís Reis Torgal que representa a ampliação e actualização de escritos anteriores: *História e Ideologia*, Coimbra, 1989, pp. 43-67.

<sup>2</sup> Vejam-se «1580 e a Restauração», em *Ensaio II*, Lisboa, 1968, de V. Magalhães Godinho, e António de Oliveira, *A Vida Económica e Social de Coimbra de 1537 a 1640*, Coimbra, 1971-1972.

<sup>3</sup> V. Jorge Henrique Pais da Silva, *Estudos sobre o maneirismo*, Lisboa, 1983, e Vítor Serrão, *Estudos de Pintura Maneirista e Barroca*, Lisboa, 1989.

<sup>4</sup> V. João Francisco Marques, *A Parenética Portuguesa e a Dominação Filipina*, Porto, 1986. Veja-se também a sua continuação: *A Parenética Portuguesa e a Restauração (1640-1668)*, 2 vols., Porto, 1989.

<sup>5</sup> Diogo Ramada Curto, *O Discurso Político em Portugal (1600-1650)*, Lisboa, 1988.

- <sup>6</sup> Veja-se a *Relação q. resultou da recencha geral q. se fez em 8 de Abril deste anno de 639 por mandado da S.ra Princesa Margarida, da Gente de Guerra*, manuscrito transcrito no *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, vol. 10, 1940, pp. 198-204. Por aí se pode ver o estado de abandono a que Madrid havia feito chegar as guarnições portuguesas. Nas 19 companhias de Elvas, por exemplo, havia, para 5500 homens, apenas «espadas e dardos, poucas espingardas e raros arcabuzes», enquanto na Guarda, numa região de fronteira, havia para 14500 homens somente 674 lanças e 2150 piques, não existindo uma única arma de fogo. Num total de cerca de 240000 homens alistados, somente 95000 possuíam arma e, ainda assim, só 65000 destes tinham arma de fogo.
- <sup>7</sup> Cf. Luís Reis Torgal, *Ideologia Política e Teoria do Estado da Restauração*, vol. I, Coimbra, 1981, pp. 287-288.
- <sup>8</sup> Belisário Pimenta, *Esboço da Evolução das Ideias Militares em Portugal*, Coimbra, 1942, p. 21.
- <sup>9</sup> D. João de Mascarenhas, *Manejo de cavallaria escrito pelo Conde Galeacogualdo Priorato*, cód. 204 da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra não datado. A edição impressa tem por título *Manejo e governo da cavallaria, escrita pelo conde Galeação Gualdo Priorato*, Lisboa, 1707.
- <sup>10</sup> Cf. Belisário Pimenta, «O problema dos comandos na guerra da Restauração», *Revista de Guimarães*, vol. especial, 1940, pp. 237-254.
- <sup>11</sup> D. Francisco Manuel de Melo, *Epanaphoras de Varia Historia Portugueza*, Lisboa, 1660, pp. 178 e 181-182.
- <sup>12</sup> José Maria Latino Coelho, *História Militar e Política de Portugal*, tomo III, Lisboa, 1891, p. 6. Será algo contestado por Belisário Pimenta, *Esboço...*, ob. cit..
- <sup>13</sup> Isidoro de Almeida, *Quarto livro de Isidoro de Almeida das Instruções Militares, Que tracta dos officiaes da infantaria, cõvem saber*, Évora, 1573. Ver a propósito A. Faria de Morais, *Arte Militar Quinhentista*, Lisboa, 1953.
- <sup>14</sup> Luís Álvaro Seco, *Anotações ao 4.º livro das instruções militares de Isidoro de Almeida*, 1597, manuscrito da Universidade de Harvard, transcrito na obra citada de A. Faria de Morais, pp. 205-229, e Bartolomeu Scarion de Pavia, *Doctrina Militar*, Lisboa, 1598.
- <sup>15</sup> Luís Mendes de Vasconcelos, *Arte Militar*, Alenquer, 1612, prólogo.
- <sup>16</sup> *Idem, ibidem*, fl. 32v.
- <sup>17</sup> *Idem, ibidem*, fl. 202. Acerca da temática disciplinar v. Rui Bebianno, *Mecanismos disciplinares no Exército Português (sécs. XVII-XVIII)*, Lisboa, 1988.
- <sup>18</sup> Pedro Barbosa Homem, *Discursos de la Iuridica y Verdadera Razon de Estado.... Contra Machavelo, y Bodino, y los demas politicos de nuestros tiempos, sus sequazes*, Coimbra, 1626, fl. 2.
- <sup>19</sup> V. Joane Mendes de Vasconcelos, *Carta a El Rey nosso S.r D. João o 4.º, seguida de Poemios às Ordenanças Militares*, de 15 de Dezembro de 1643, cód. 714 da BGUC.
- <sup>20</sup> Ver Antonio Gallo, *Regimento Militar de como los soldados se han de gobernar, obedecer y guardar las ordens*, Lisboa, 1644, e Gregório Soares de Brito, *Tratado da theoria e pratica da guerra do mar e terra*, Lisboa, 1642, e *Breve discurso e tratado das Regras militares observadas por muitos praticos e valorosos soldados*, Lisboa, 1644. Sendo muito raras estas obras, ainda não pude encontrar mais do que o seu rasto, deixado em outros textos que as referenciam.
- <sup>21</sup> V. Luís Serrão Pimentel, *Methodo lusitanico de desenhar as fortificaçoens das praças*, Lisboa, 1680, mas síntese de lições anteriores, proferidas pelo mesmo na aula de fortificação e arquitectura militar, instituída em 1647.
- <sup>22</sup> Cf. Michèle Fofel, «1620-1660: Constitution et Fonctionnement d'un discours monarchique sur la guerre. L'information comme cérémonie», in *L'Etat Baroque. 1610-1652*, dir. de Henry Méchoulan, Paris, 1985, pp. 335-352.
- <sup>23</sup> Ver A. Faria de Morais, *O Manuscrito de Matheus Roiz (1617-1691)*, Lisboa, 1652. Não tendo sido possível a leitura directa do documento usaram-se as extensas transcrições feitas neste estudo.

- <sup>24</sup> *Idem, ibidem*, p. 18.
- <sup>25</sup> Matheus Roiz citado por Faria de Moraes, ob. cit., p. 43.
- <sup>26</sup> *Gazeta do Mes de Fevereiro de 1642*, s. p..
- <sup>27</sup> *Mercurio Portuguez, com as novas da guerra entre Portugal e Castella*, Janeiro de 1663, s. p..
- <sup>28</sup> *Segunda Entrada que fez o Conde de Castel Melhor na villa de Salvaterra, em Galliza, chamada hoje Salvaterra de Portugal*, Lisboa, 1643, s. p..
- <sup>29</sup> Encontram-se assinaláveis discordâncias em descrições como as feitas por Matheus Roiz, por Alessandro Brandano, por D. Luís de Menezes e por Aires Varela.
- <sup>30</sup> Fr. Luís da Natividade, «Retrato de Portugal Castelhana», em *Divindade do filho de Deos Humanado Iesus Christo Redemptor, e Salvador do Mundo*, Lisboa, 1645. Sobre o assunto vejam-se as já referidas obras de João Francisco Marques.
- <sup>31</sup> Padre António Vieira, «Sermão pelo Bom Sucesso das nossas Armas. Pregado no ano de 1645, na Capela Real, com o Santíssimo Sacramento exposto, tendo El-Rei D. João IV passando a Alentejo», em *Sermões I, Obras Escolhidas*, Lisboa, 1954, p. 229.
- <sup>32</sup> Padre António das Chagas, *Sermão que pregou na Capela Real de Lisboa.... em 27 de Janeiro de 641*, Lisboa, 1641, p. 18.
- <sup>33</sup> D. Francisco da Trindade, *Sermão pregado no Real Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.... em 12 de Dezembro de 1640*, Lisboa, 1642, fl. 15.
- <sup>34</sup> Padre Frei António da Madre de Deus, *Sermão que o Senado da Villa de Santarem dedica ao Muito Alto, e Muito Poderoso Rey, E senhor nosso Dom João IV*, Lisboa, 1642, s. fl.
- <sup>35</sup> João Pereira da Silva, *Vida e acções do Grande D. Antonio Luis de Menezes, Terceyro Conde de Cantanhede, & primeyro Marquez de Marialva*, cód. 593 da BGUC, fl. 1.
- <sup>36</sup> Padre Frei João de São Francisco, *Poema Heroico Vitorioso Sucesso, e Gloriosa Vitoria do Exercito de Portugal, sobre a hostilidade da Cidade de Évora*, Lisboa, 1663, s. fl.
- <sup>37</sup> *Idem, ibidem*, s. fl..